



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
ASSESSORIA ESPECIAL DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 303, de 05 de dezembro de 2016.

Estabelece o processo de Gerenciamento de Liberação e Implantação e dá outras providências.

O DIRETOR- GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 128, II, da Resolução Administrativa nº 5/2013, deste Tribunal, e tendo em vista as melhores práticas de gerenciamento de serviços de tecnologia da informação e os requisitos previstos na norma ABNT NBR ISO/IEC 20.000:2011,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o processo de Gerenciamento de Liberação e Implantação no âmbito da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

- I. Pacote de liberação–conjunto de itens de configuração construídos, testados e implantados juntos como uma única liberação;
- II. Componente – unidade única de um serviço que, quando combinada com outras unidades, entregará um serviço completo;
- III. Big Bang - tipo de abordagem de liberação de implantação de um serviço novo ou modificado para todos os usuários de uma só vez;
- IV. Em fases - tipo de abordagem de liberação de implantação de um serviço novo ou modificado para parte dos usuários inicialmente e na ampliação gradual até que atinja todos os usuários;
- V. Empurrar – tipo de abordagem de liberação de implantação, no qual componente de serviço é implantado do centro e empurrado para fora para localizações-alvo;
- VI. Puxar – tipo de abordagem de liberação de implantação que se apoia no usuário para baixar o software.
- VII. Liberações maiores – tipo de liberação que normalmente contém grandes áreas de funcionalidade nova, algumas das quais podem eliminar os reparos temporários de problemas. Usualmente substitui todos os reparos emergenciais precedentes;

- VIII. Liberações menores - tipo de liberação que normalmente contém pequenos aprimoramentos e reparos, alguns dos quais já podem ter sido lançados como reparos emergenciais. Usualmente substitui todos os reparos emergenciais precedentes;
- IX. Liberações emergenciais - tipo de liberação que normalmente contém correções para vários erros conhecidos ou um aprimoramento para atender um requisito de negócio de alta prioridade;
- X. Unidade de liberação – é a porção de um serviço ou infraestrutura de TI normalmente liberada como uma única entidade;
- XI. Ensaio de Serviço – tipo de método de teste que visa simular o máximo possível o serviço em uma extensa e ampla participação de sessão prática;
- XII. Piloto – enquanto um Ensaio de Serviço é executado para e com o pessoal interno, um Piloto é executado para os usuários reais, mas apenas para um público pequeno e direcionado;

Art. 3º Definir os seguintes objetivos do processo de Gerenciamento de Mudanças:

- I. Definir e acordar os planos do Gerenciamento de Liberação e Implantação com os clientes e partes interessadas;
- II. Criar e testar pacotes de liberação que consistem de itens de configuração relacionados e compatíveis entre si;
- III. Garantir que a integridade de um pacote de liberação e seus componentes constituintes sejam mantidos através das atividades de transição e que todos os pacotes de liberação sejam armazenados em uma BMD – Biblioteca de Mídia Digital e registrados de forma precisa no SGC – Sistema de Gerenciamento da Configuração;
- IV. Implantar os pacotes de liberação da BMD para o ambiente de produção seguindo um plano acordado e uma programação;
- V. Garantir que todos os pacotes de liberação possam ser rastreados, instalados, testados, verificados e/ou desinstalados ou adicionados, se apropriado;
- VI. Garantir que a mudança da organização e partes interessadas seja gerenciada durante as atividades de liberação e implantação;
- VII. Garantir que um serviço novo ou modificado e seus sistemas capacitadores, tecnologia e organização sejam capazes de entregar a utilidade e garantia acordada;
- VIII. Registrar e gerenciar desvios, riscos e questões relacionadas ao serviço novo ou modificado e adotar a medida corretiva necessária;
- IX. Garantir que haja transferência de conhecimento para capacitar os clientes e otimizar o uso do serviço para suportar as atividades de negócios;
- X. Garantir que habilidades e conhecimento sejam transferidos para as funções de operação de serviço para capacitá-los a entregar, suportar e manter o serviço de acordo com as garantias e níveis de serviço requeridos, eficaz e eficientemente.

Art. 4º Instituir o papel de Dono do Processo de Gerenciamento de Liberação e Implantação, o qual será exercido pelo titular da Coordenadoria de Infraestrutura - COINFRA, atribuindo-lhe as seguintes atribuições:

- I. Assegurar que o processo seja realizado de acordo com o padrão acordado e documentado e que atende aos objetivos do processo;
- II. Patrocinar, definir a estratégia e assistir o desenho do processo;
- III. Assegurar que a documentação do processo esteja disponível e atualizada;
- IV. Definir políticas e padrões para serem empregados no processo;
- V. Auditar periodicamente o processo;
- VI. Comunicar informações ou alterações no processo;
- VII. Fornecer recursos para suportar as atividades;
- VIII. Assegurar que o pessoal esteja capacitado para exercer papéis requeridos pelo processo;
- IX. Identificar, realizar e revisar melhorias no processo.

Art. 5º Instituir o papel de Gerente do Processo de Gerenciamento de Liberação e Implantação, o qual será exercido pelo chefe da Seção de Estrutura Operacional – SESOP, atribuindo-lhe as seguintes atribuições:

- I. Realizar o gerenciamento operacional do processo;
- II. Planejar e coordenar todas as atividades do projeto, em conjunto com o Dono do processo;
- III. Assegurar que todas as atividades sejam realizadas conforme requeridas;
- IV. Designar servidores para exercerem papéis requeridos pelo processo;
- V. Gerenciar recursos atribuídos ao processo;
- VI. Monitorar e reportar o desempenho do processo e identificar oportunidades de melhoria;
- VII. Realizar melhorias na implementação do processo;
- VIII. Manter a programação de liberações e implantações.

Art. 6º Estabelecer a Política de Gerenciamento de Mudanças composta das seguintes premissas:

- I. Todas as liberações serão construídas e testadas antes da implantação;
- II. Um ambiente de teste de aceitação controlada será usado para criação e testes de liberação;
- III. Os critérios de aceitação para liberação devem ser acordados com o cliente e as partes interessadas;
- IV. Toda liberação deve ser verificada em relação aos critérios de aceitação acordados e aprovados antes da implantação;
- V. Todas as mudanças e liberações devem ser completamente testadas sob uma carga realista antes de serem implantadas;
- VI. A liberação deve ser implantada no ambiente de produção de forma que a integridade do hardware e software e outros componentes do serviço seja mantida durante a implantação da liberação;
- VII. As atividades necessárias para reverter ou remediar uma implantação de liberação sem sucesso devem ser planejadas e, onde possível, testadas;

- VIII. A implantação de uma liberação, em não obtendo sucesso, deve ser revertida ou remediada;
- IX. Liberações sem sucesso devem ser investigadas e ações acordadas tomadas;
- X. O sucesso ou falha das liberações devem ser monitorados e analisados;
- XI. Todos os pacotes de liberação serão mantidos em uma Biblioteca de Mídia Definitiva (BMD) e registrados de forma precisa no SGC.

Art. 7º Definir as fases do processo de Gerenciamento de Liberação e Implantação:

- I. Planejamento da Liberação e Implantação;
- II. Construção e Teste de Liberação;
- III. Implantação;
- IV. Revisão e Encerramento.

Art. 8º O desempenho do processo de Gerenciamento de Liberação e Implantação será medido trimestralmente como base nos fatores críticos de sucesso e respectivos indicadores de desempenho.

Parágrafo único: São fatores críticos de sucesso:

- I. Definir e acordar planos de liberação com clientes e partes interessadas;
- II. Garantir a integridade de um pacote de liberação e seus componentes constituintes através das atividades de transição;
- III. Garantir que o serviço novo ou modificado seja capaz de entregar a utilidade e garantia acordadas.

Art. 9º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Salvador, em 05 de dezembro de 2016.

**RAIMUNDO VIEIRA**  
Diretor-Geral

